

POVOS INDÍGENAS E SUAS LUTAS POR DIREITO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL: O CASO DA ALDEIA AÇAIZAL, REGIÃO DO PLANALTO SANTARENO, PARÁ-BRASIL

Hellen Regina Martins Rocha¹

Claudio Emidio-Silva²

RESUMO

Este artigo trata de apresentar a aldeia Açaizal do povo indígena Munduruku, contextualizando sua realidade em plena ocupação da região por plantadores de soja e milho em formato de monoculturas que além de empobrecer a biodiversidade local contribuem, sobremaneira, com a poluição de recursos naturais imprescindíveis as populações tradicionais locais. A partir de relatos dos próprios moradores da aldeia Açaizal tecemos os significados da violação dos direitos fundamentais da comunidade, por parte do Estado, que além de se omitir frente aquela realidade contribui de várias formas para que os direitos a uma educação escolar indígena não se estabeleçam plenamente. Nesse contexto há também uma violação dos direitos ambientais, que podemos aqui tratar como racismo ambiental trazido pelos imigrantes que destroem o meio ambiente e os recursos necessários ao bem viver das pessoas da aldeia Açaizal. A luta por uma educação escolar na comunidade remonta a década de 70, quando conseguiram materializar a primeira escola. Nas últimas duas décadas do século XXI as agressões a pessoa indígena e aos seus territórios tem causado grandes perdas materiais e culturais ao povo Munduruku da Aldeia Açaizal. Nosso estudo denuncia a realidade de opressão em que vive esse povo, procura ajudar na visibilização de suas lutas e discute como podemos superar algumas dessas dificuldades. Apesar de ainda terem uma grande luta pela frente reivindicam uma condição de bem-viver, naquele território, com educação escolar de qualidade e um meio ambiente sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Interculturalidade. Meio Ambiente.

INDIGENOUS PEOPLE AND THEIR STRUGGLES FOR THE RIGHT TO QUALITY EDUCATION AND A HEALTHY ENVIRONMENT: THE CASE OF VILLAGE AÇAIZAL, PLANALTO SANTARENO REGION, PARÁ-BRAZIL

ABSTRACT

This article presents the Açaizal village of the Munduruku indigenous people, contextualizing their reality in the full occupation of the region by soy and corn planters in the form of monocultures that, besides impoverishing the local biodiversity, they contribute greatly to the pollution of essential natural resources for the local traditional populations. Based on reports of the residents of Açaizal village, we weave the meanings of the violation of fundamental rights of the community, by the State, which, in addition to omitting itself in that reality, contributes in several ways to the rights to an indigenous school education are not fully established. In

¹ Doutoranda em Antropologia; Universidade Federal do Pará. E-mail: hellenreginamartinsrocha@gmail.com.

² Doutor em Educação; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: emidiosilva@yahoo.com.br.

this context there is also a violation of environmental rights, which we can treat here as environmental racism brought by immigrants who destroy the environment and the resources necessary for the well-being of the people of Açaizal village. The fight for school education in the community dates back to the 1970s, when they managed to materialize the first school. In the last two decades of the 21st century, aggression against indigenous people and their territories has caused great material and cultural losses to the Munduruku people of Aldeia Açaizal. Our study denounces the reality of oppression in which these people live, seeks to help make their struggles visible and discusses how we can overcome some of these difficulties. Despite still having a great fight ahead, they claim a condition of well-being in that territory, with quality school education and a sustainable environment.

KEYWORDS: Education. Interculturality. Environment.

1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas do Brasil têm realizado um longo percurso em busca por seus direitos a uma educação de qualidade e que atenda a suas especificidades desde antes da Constituição Federal de 1988 (CF-88). Embora a CF-88, tenha assegurado uma série de direitos aos povos indígenas, tanto no que diz respeito a educação, como outros como a saúde, a vida, a proteção do seu território etc., esses, muitas vezes precisam ser “lembrados” as autoridades/pessoas que se apresentam no poder nas diversas instâncias, desde o nível mais local, como nas secretarias municipais e estaduais de educação, quanto em níveis mais amplos como no MEC e outras instituições de governo. Nesses últimos quatro anos (2019-2022), foi muito pior, pois além dos direitos indígenas não estarem na pauta do dia do governo, especialmente do governo federal, ainda abriu espaço para que direitos consagrados em outros tempos serem vilipendiados. Claro que nesse governo a CF-88 foi aviltada de muitas formas, mas não podemos deixar de mencionar que em outros tempos esses direitos já vinham também sendo lesados, como mencionado por Emidio-Silva (2017):

- A não obediência a OIT no que diz respeito à consulta prévia para construção de grandes obras nos territórios indígenas, como construção de hidrelétricas, linhas de transmissão, estradas, mineração, entre outras;
- A “operação tartaruga” para a demarcação das terras indígenas no País³ e pouca verba para a realização de estudos para identificação de novas terras indígenas;

³ “Em 2013, as áreas a serem demarcadas somavam quase dois milhões de hectares e incluíam terras em Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a demanda pelas demarcações é urgente. O governo federal mantém parados 21 processos de demarcação de Terras Indígenas (TI): 14 aguardam a assinatura de decreto de homologação pela presidenta Dilma Rousseff e outros sete a portaria declaratória do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. As informações são oficiais e foram divulgadas, no dia 19/8, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em uma reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em Brasília. Os dados são de maio deste ano. O governo de Dilma Rousseff tem o pior desempenho, desde a democratização do País, na regularização de TIs”. <https://www.socioambiental.org/pt-br/node/2356>.

- Invasão às terras indígenas (Parakanã do Xingu e Tembê do Alto Rio Guamá, no Estado do Pará) e invasão aos territórios tradicionais indígenas que, por alguma razão, não foram demarcados como TI, mas que os povos indígenas reivindicam como seus (Waimiri Atroari nos Estados do Amazonas e Roraima);
- O agronegócio aumentando e ocupando antigos territórios indígenas em todo Brasil, mais especialmente na região amazônica;
- A violência contra os povos indígenas materializada em diversas formas, sendo a mais contundente a morte de indígenas por fazendeiros e/ou capangas ao seu mando, constituindo ameaças ao modo de viver indígena e mesmo à sua sobrevivência física, em muitos locais no Brasil, de norte a sul (EMIDIO-SILVA, 2017, p. 92-93).

Tudo isso nos leva a pensar o quanto é difícil a luta dos povos indígenas em assegurar uma educação escolar indígena de qualidade, além de enfrentarem verdadeiras lutas na formação dos professores indígenas, nas universidades, e as dificuldades de estabelecerem as especificidades da EEI nas escolas das aldeias, como currículo diferenciado, tempos escolares diferentes do não indígenas, apoio aos professores indígenas, o reconhecimento das escolas indígenas nas aldeias pelos Conselhos de Educação, descaso com direitos já conquistados, praticado pelos dirigentes das Secretarias Municipais de Educação como o não reconhecimento da escolaridade dos professores ou tratamento desigual para aqueles que ministram disciplinas ligadas a cultura e língua indígena, entre muitos outros. Tudo isso nos leva a pensar que existe sim uma intencionalidade em não implementar os direitos dos povos indígenas já conquistados, e definidos tanto na constituição quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, haja vista a não implementação de diretrizes importantes na Educação Escolar Indígena a partir do que foi decidido, pelos representantes indígenas, nas conferências estaduais e nacionais de educação escolar indígena, realizadas no país.

Neste artigo vamos apresentar a escola da aldeia Açaizal do povo Munduruku localizada na região do Baixo Tapajós, no Planalto Santareno, região Oeste do Pará, Amazônia Oriental, Brasil. Naquela realidade encontramos um Povo que luta por seus direitos sendo confrontados por projetos de monoculturas, desmatamento ilegal e poluição de seu meio ambiente pela sociedade não indígena. Existe naquele espaço uma verdadeira agressão aos Munduruku e a sua existência. Isto reflete na negação de uma escola que atenda os princípios da educação escolar indígena, uma vez que quem está no poder coaduna com o pensamento da grande massa de pessoas que chegam na região em décadas recentes trazendo uma tecnologia estrangeira e um uso da terra totalmente impróprio para aquela realidade amazônica comprometendo os ecossistemas locais e a sobrevivência dos povos tradicionais que ali já viviam.

Até a década de 60, do século passado, a educação escolar indígena foi sempre direcionada para a conversão dos povos indígenas à sociedade envolvente para que pudessem atuar como escravos, ou

no máximo como mão de obra barata na sociedade colonial-capitalista. A partir dos anos 60 do século passado isso começa a se modificar, pois a escola começa a ser discutida sobre outras bases. Cada povo indígena do Brasil, começa a entender que apesar de não poderem renunciar à escola, existe a necessidade de modificação na realidade escolar. Foram muitos encontros nacionais e internacionais na Amazônia, pois esse movimento estava sendo feito por muitos povos indígenas da América latina, para discutir a temática. A compreensão da opressão em uma sociedade capitalista estava se expandindo e a escola teria que deixar de ser um simples aparelho ideológico do Estado (ASSIS, 1981), para ser algo diferente. É claro que isso não se deu de uma hora para outra e nem em todos os contextos em que a escola estava presente. Mas cada vez mais havia essa discussão e uma vontade dos povos indígenas de assumirem para si, essa escola. Essa luta e discussão caminhou até culminar na materialização oficial de direitos na constituição de 1988. Mas estabelecidos esses direitos na constituição, também não foi de uma hora para outra que a escola mudou. E ainda atualmente estamos em busca de uma escola que trabalhe a favor dos povos indígenas, que seja regida pelos princípios da Educação Escolar Indígena e interculturalidade e que tenha a marca de cada um dos povos.

Na atualidade a luta para o estabelecimento da interculturalidade é ainda um grande desafio. A interculturalidade crítica (Wash, 2009) ainda precisa ser vivenciada plenamente. Embora essa seja a discussão vigente e tanto os povos indígenas como seus assessores desejam que essa se constitua como principal referência na escola, ainda existe uma grande luta a ser travada, tanto do ponto de vista político quanto pedagógico e epistêmico. Especialmente porque a interculturalidade crítica não depende única e exclusivamente dos povos indígenas, mas de um entendimento político que envolve várias esferas de poder. Poder esse que muitas vezes é totalmente contrário as pautas reivindicatórias das populações indígenas. Mas a cada dia os povos indígenas estão cientes de seus direitos, e estão experimentando possibilidades interculturais em suas escolas, exigindo responsabilidades e cumprimento do dever pelo Estado.

Em seu trabalho sobre os direitos dos povos indígenas Emidio-Silva e Furtado (2019), realizando um levantamento sobre o assunto na segunda década do século XXI encontraram o seguinte:

Após duas décadas, o Estado, através da promulgação da CF/88, incorporou as questões reivindicadas pelos movimentos indígenas. O Estado foi forçado, por pressão pública nacional e internacional, a reconhecer os avanços e as conquistas das experiências dos povos indígenas. As experiências dos povos tradicionais sempre se caracterizaram como um contraponto aos projetos colonialistas que tendiam a homogeneizá-los e integrá-los à sociedade nacional. Em termos conceituais, jurídicos

e políticos, a CF/88 é um marco para as políticas indigenistas oficiais (SILVA; FURTADO, 2019, p.908).

Os autores Silva e Furtado (2019) a partir de sua pesquisa em teses e dissertações sobre o assunto, encontraram que o conflito é o centrado na relação entre as sociedades indígenas e a sociedade não indígena e que a Educação Escolar Indígena só pode se materializar mediante o movimento social indígena que luta em prol de sua existência.

É possível considerar que a educação escolar e os direitos indígenas são questões dialéticas e tensionadas. O conflito político é axial na sociedade nacional, haja vista que o espectro da colonialidade está presente nas instituições sociais, ou seja, a lógica perversa da exploração e marginalização social dos não brancos é um fenômeno estrutural historicamente imposto e consolidado no país. É por essa razão que os movimentos indígenas são egrégios. Não existe educação escolar indígena sem movimentos indígenas. O movimento está imbricado com a educação, e por isso o movimento é educativo, é pedagógico, é formativo. O movimento é o modus operandi de resistência e de luta contra os retrocessos políticos que surgiram a partir do Golpe de Estado de 2016 e, sobretudo, contra as manobras imorais impostas e avigoradas pelo atual governo, a saber: PEC/2015, que propõe a alteração da Constituição para transferir ao Congresso o poder de decisão final sobre a questão de demarcação de terras indígenas, territórios Quilombolas e unidades de conservação no Brasil, impactando em todas as terras que estão no processo de reconhecimento e demarcação e possibilitando a ampliação do poderio do agronegócio (SILVA; FURTADO, 2019, p. 917).

Percebe-se claramente que os povos indígenas são vítimas de preconceito materializados de diversas formas: no apagamento de sua cultura, na invisibilização da pessoa indígenas, na negação de sua história, na negação de seus direitos, nas estruturas das agências de governo, entre muitas outras. É um sistema que propõe a não existência dos povos indígenas enquanto sujeitos de direitos. Nesse trabalho nos propomos a apresentar a aldeia Açaizal, do povo Munduruku do Planalto Santareno e discutir um pouco a sua realidade, mostrando as suas lutas enquanto sujeitos de direitos que existem no mundo e que precisam da atenção do Estado, para uma pauta reivindicatória imensa, mas especialmente que sua educação escolar seja assegurada em todas as formas da lei e não apenas como mais uma forma de colonização.

2. O MOVIMENTO INDÍGENA DA REGIÃO DO BAIXO TAPAJÓS-ARAPIUNS

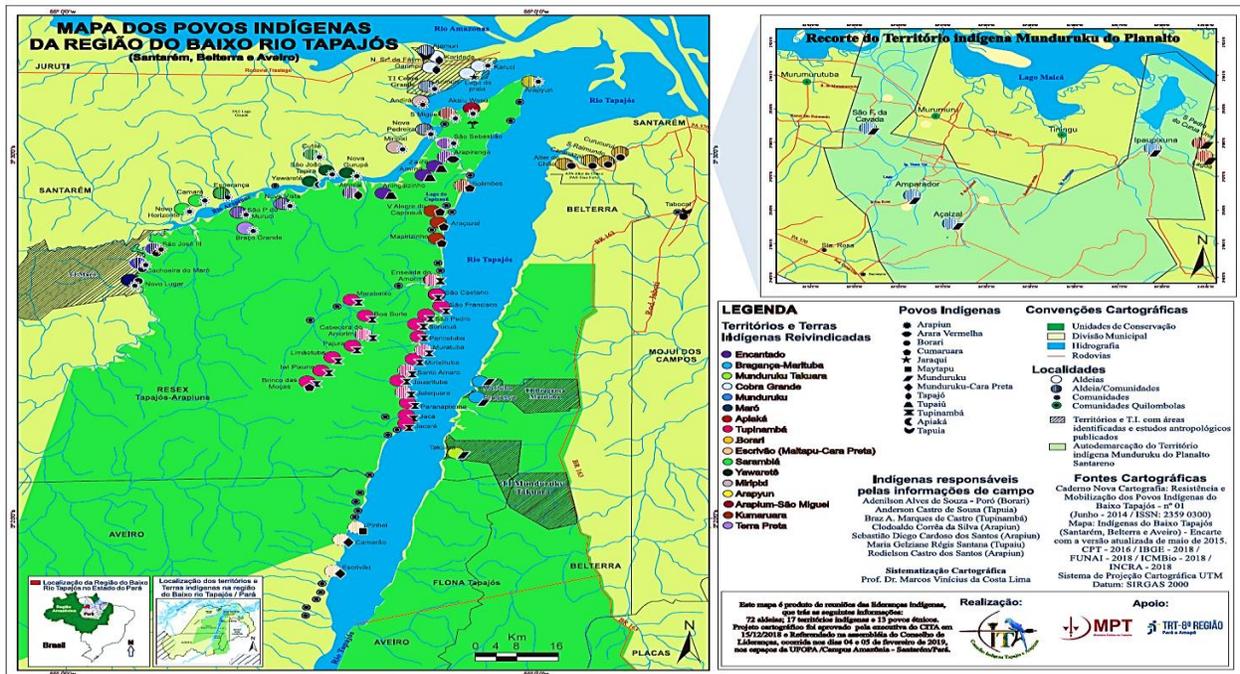
Antes de prosseguir, precisamos falar um pouco sobre o movimento indígena da região do Baixo Tapajós-Arapiuns, contextualizando quem são e como se organizaram para tratar de suas pautas diversas, mas especialmente a da educação, da saúde e do território.

O Conselho Indígena do Tapajós e do Arapiuns (CITA) é uma organização representante das questões sociais e políticas de alguns povos da região do Baixo rio Tapajós e do rio Arapiuns, dentre os quais: Apiaka, Arara Vermelha, Arapyun, Borari, Munduruku Cara Preta, Kumaruara, Munduruku, Maytapú, Jaraqui, Tapuia, Tapajó, Tupaiú e Tupinambá.

Esta organização foi fundada em 23 de maio de 2000, com atuação nas sub-regiões da Flona Tapajós, Arapiuns, Maró, Lago Grande do Curuai e Planalto, presentes nos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, no Estado do Pará. A Figura 1 mostra a localização dos povos citados acima, no Baixo Tapajós e ao longo dos rios Arapiuns e Tapajós.

O CITA tem como finalidade principal a promoção dos direitos civis, de modo a garantir o bem-estar social, político, econômico, cultural dos povos do Baixo Amazonas (região de Santarém e adjacências), partindo do pressuposto de fortalecimento da organização, que busca, ao mesmo tempo, articular e integrar as lutas dos movimentos indígenas nos contextos local, regional e nacional, visando a formação, capacitação e instrução dos jovens, mulheres e demais lideranças, na luta em defesa dos patrimônios material e imaterial dos povos indígenas do Baixo Tapajós. A Figura 1 mostra a região do Baixo Tapajós-Arapiuns com a localização dos povos indígenas que ali vivem.

Figura 1: Mapa de localização dos Povos indígenas da região do Baixo Tapajós e Arapiuns, na Região do Oeste do Estado do Pará



Fonte: Conselho Indígena do Tapajós e do Arapiuns - CITA, 2021.

O CITA procura dialogar com as principais organizações que representam os povos indígenas no Brasil, como: FEPIPA (Federação dos Povos Indígenas do Estado Pará), COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e com organizações indígenas internacionais como a COICA (Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica).

Atualmente, o diálogo existente entre as organizações indígenas, seja em nível local ou internacional, tem como desafio o direito à consulta prévia, livre, informada e consentida acerca de assuntos que afetam os territórios sagrados em todos os sentidos, dos povos que essas organizações representam. Nesse contexto, as organizações têm realizado monitoramento de forma coletiva, com a participação de muitas pessoas e comunidades. Entre as atividades está a distribuição organizada das cestas básicas durante a Pandemia do Corona Vírus, uma vez que muitas comunidades ficaram com dificuldades de acessarem suas formas tradicionais de alimento, ou outras formas. A Figura 2, a seguir, mostra um desses momentos de distribuição de cestas básicas nas comunidades indígenas do Baixo Tapajós e adjacências.

Figura 2: Entrega de cestas básicas para as comunidades do Baixo Tapajós em 19 de outubro de 2021.



Fonte: Acervo do CITA, 2021.

Nesta conjuntura, há diversos mecanismos que englobam os desafios da prática de defesa das terras indígenas, como: 1) Aquisição de recursos financeiros e de equipamentos para proteção

territorial indígena na região do Baixo Tapajós, Pará, Brasil; 2) Formações de lideranças; 3) Parcerias entre o CITA e Territórios indígenas que compõem a entidade nesta região; 4) Formação e aperfeiçoamento do manuseio de ferramentas tecnológicas que registrem as violações de direitos nas terras indígenas; 5) Criação de um canal de comunicação web (etnomídia) para os territórios e povos indígenas divulgarem suas atividades culturais e de denúncias sobre as violações de direitos; 6) Capacitar indígenas para alimentarem a plataforma web-etnomídia; 7) A longo prazo, pretende-se fortalecer vínculos de troca de experiências por meio de intercâmbios nacionais e internacionais entre os povos indígenas; 8) Registrar relatórios e documentários que possam servir como base e atrativo para que acadêmicos indígenas e não indígenas desenvolverem suas pesquisas sobre a importância das ações de vigilância territorial dos povos indígenas do baixo Tapajós, respeitando seus protocolos próprios de consulta; 9) Criar meios de integração da juventude indígena para dar continuidade nos trabalhos em defesa da terra; 10) Ajudar na formação de consciência sobre a importância das terras indígenas, bem como sua não comercialização para não indígenas; 11) Valorizar a cultura e os saberes ancestrais de cada povo, considerando seus jeitos próprios de ser e viver.

3. ORIGENS DO MOVIMENTO INDÍGENA DO BAIXO TAPAJÓS

O movimento indígena no Brasil teve seu início na década de 1970, surgindo como organização política, na qual ocorriam diversos encontros e mobilizações por todo o país, lutando pelos seus direitos na extinta Assembleia Nacional Constituinte em meados dos anos 1980 (LUCIANO, 2006).

A Constituição Federal de 1988 impactou positivamente a vida dos indígenas, pois permitiu que fossem tidos como capazes, reconheceu os direitos à diversidade étnica e cultural, ao uso das terras tradicionais, conferindo-lhes a necessidade de demarcação e de sua defesa pelo Estado, contra, especialmente, a sociedade maior que deseja ocupar seus territórios ancestrais e/ou explorar os seus recursos naturais.

Entre o final de 1999 e início de 2000, passaram a ser realizadas mobilizações que se referiam aos 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil, o que implicou em divulgações importantíssimas sobre os povos indígenas, além de servirem de incentivo para que estes se organizassem em conselhos ou associações, para que pudessem dialogar com outras entidades e com o próprio Estado. Isto teve como consequência a identificação de camponeses como indígenas, fazendo com que houvesse reivindicação da demarcação de suas terras, contra o Estado.

Na década de 1980, moradores da margem esquerda e direita do Rio Tapajós associaram-se ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e descobriram que suas terras haviam sido vendidas para uma madeireira, que posteriormente, os expulsaria do local. Os diretores do sindicato explicaram sobre as implicações que ocorreriam, fazendo surgir uma mobilização indígena no município de Santarém, que os fez vitoriosos do movimento (ALLOGGIO, 2004). Mais tarde, enfrentaram pescadores ilegais, em defesa das águas e dos peixes, tomando-lhes as redes e devolvendo um ano depois, após negociações.

Após a luta dos moradores dos rios Tapajós e Arapiuns contra as madeireiras no ano de 1996, houve estímulo para lutarem pela demarcação das terras tradicionais, surgindo como opção judicial a criação de uma Reserva Extrativista (Resex)⁴, que abrange o uso coletivo e pequenos usos dentro da floresta, porém ninguém havia se autodenominado indígena. Com grupos a favor e contrários, surgiu um morador que lembrou, e foi descrito em ata, sobre a Cabanagem, movimento indígena que lutava pela posse da terra, o que acrescentava o fato a criação da Resex, vindo este indivíduo a se tornar, posteriormente, o primeiro presidente da Associação Tapajoara da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

Segundo Rodrigues (2016) que trata mais especificamente do movimento indígena Maró:

Portanto, para que o conceito de reafirmação étnica possa ser empregado coerentemente para compreensão do movimento real, deve abarcar elementos internos e externos ao sistema social sobre o qual é empregado. Nesse sentido, é inapropriado seu emprego como instrumento de análise do real considerando apenas elementos internos ou externos aos grupos sociais. De modo similar, também não pode ser entendido considerando apenas os elementos externos que estimulam o processo. Ao contrário, a força motriz dos processos de etnogêneses estaria na interação entre os elementos internos e os externos ao sistema. Os dois fatores não podem ser separados (embora o possa no campo analítico-epistêmico, mas não no campo ontológico) e isolados atribuindo a um deles o causador da etnogênese e, consequentemente, usado como fator de deslegitimação desses processos [...]. (RODRIGUES, 2016, p.98).

Observa-se que os povos indígenas não precisam se posicionar como indígenas enquanto o conflito não existe. Mas a partir do momento que seu território começa a ser ocupado pela sociedade não indígena e que existe uma intenção clara em deslegitimar a pessoa indígena, estes precisam se organizar na forma em que o Estado entenda, para terem os seus direitos garantidos. Mas ainda assim,

⁴ A definição de RESEX segundo a Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define em seu artigo 18 como sendo “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

muito mais lutas precisam ser travadas e em tempos atuais as ameaças sobre as lideranças indígenas não cessam.

4. A ALDEIA AÇAIZAL DO POVO MUNDURUKU, NO BAIXO TAPAJÓS: OS CONFLITOS E AS RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO A PARTIR DOS SEUS MORADORES

As lutas do Povo Munduruku da aldeia Açaizal são estratégias contra o avanço do sistema de monocultura, especialmente a soja e o milho, pois produzem fortes impactos como desterritorialização, poluição ambiental e desqualificação da pessoa indígena. Ressalta-se que a luta por sua escola e uma educação diferenciada está associada também a luta por seu território e vice-versa. Essa imbricação de objetivos na luta dos povos indígenas faz com que atuem em muitas “frentes de batalha”, pois todos são necessários à sua existência. A luta por território, por educação escolarizada, por saúde por apoio a sua produção material, dentre outros, são lutas que esses povos foram obrigados a encampar, pois tudo isso é necessário à sua sobrevivência e reprodução física e cultural, na atualidade.

A Aldeia Açaizal tem esse nome por conter em seu interior um igarapé rodeado de palmeiras de açaí, fazendo com que seja mantida a identidade do povo que habita a comunidade. O igarapé é considerado um lugar sagrado e no passado recente ainda abrigava, além da palmeira, variadas espécies de frutíferas, que atraíam diferentes animais, sendo então o ponto certo para onde os caçadores iam atrás de suas presas, fato este comprovado historicamente pelos antepassados dos residentes da aldeia.

Segundo entrevistas realizadas com os moradores da Aldeia Açaizal⁵, o lugar antes apresentava fartura e diversidade de espécies de peixes, animais, além de frutíferas, agrícolas, florestais, que não exigiam nenhum tipo de tratamento do solo. As plantas germinavam e frutificavam com facilidade na terra preta. Não tinham nenhum tipo de doença. Além disso, os corpos d’água eram extensos e apresentavam ótima qualidade, devido a presença das matas ciliares e a preservação de outras áreas de floresta, importantes para a infiltração e absorção da água da chuva pelas raízes e folhas e galhos caídos.

Até a poucos anos, havia extensas plantações de feijão, arroz e outras variedades usadas para a subsistência e venda de excedente, para uma renda extra. Os plantios eram realizados de forma coletiva, tanto entre membros de uma mesma família quanto em um grupo que abrigava todas as famílias da localidade.

⁵ O período de realização das entrevistas foi de fevereiro a outubro de 2021:

Antigamente, conforme foi relatado durante o processo de pesquisa, por vários entrevistados, não havia estudo para as crianças e adultos. A atividade cotidiana consistia em equipar-se com a flecha e ir à floresta para caçar, podendo ser feita a lavagem da presa ou não, e em seguida, levava à fogueira para assar e alimentar a comunidade. Com poucos produtos externos, a comunidade tinha uma alimentação muito sadia e poucos adoeciam.

Após a vinda dos “sojeiros”⁶ para a região do Planalto Santareno no ano de 2008, não há mais água de qualidade. O igarapé está contaminado pelos agrotóxicos e embalagens jogados em seu leito. Não é possível tomar banho ou preparar alimentos, pois provoca doenças de pele, respiratórias e quedas intensas de cabelo. As pragas das lavouras têm afetado drasticamente os plantios dos comunitários. Os efeitos incluem a baixa produtividade, qualidade e risco a saúde dos indígenas e dos animais. É preciso sublinhar que os animais foram mortos devido ao desmatamento e contato com o “veneno” empregado pelos monocultores. Outro problema recorrente é o assoreamento das lagoas que existiam na aldeia, devido, principalmente, a aragem e demais tratamentos do solo para plantio da soja e milho, influenciando na lixiviação de sedimentos para esses corpos d’água. No ano de 2016, houve seca do igarapé, fazendo com que os moradores fossem obrigados a cavar poços para terem água para sobreviver.

O conflito existente entre indígenas e sojeiros tem gerado ameaças constantes, principalmente para quem atua como liderança dentro do território indígena. Houve situações em que os indígenas conseguiram a retirada das máquinas para desmatar, embasados pelo fato de os donos do agronegócio ser permitidos a supressão da mata, mas eles, enquanto povos tradicionais, não poderem retirar uma única árvore.

Nesse contexto atual e levando em consideração a existência da comunidade há alguns anos, já realizaram reuniões dentro e fora da aldeia, para que seja feito o reconhecimento e demarcação da área. Em algumas situações já conseguiram adquirir alguns direitos como a energia elétrica, a linha de transporte coletivo e a educação básica para crianças e adolescentes dos ensinos fundamental e médio. Apesar da perseguição sofrida, esse povo encontra fortalecimento nos órgãos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Terra de Direito, Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com o Ministério Público. Infelizmente a Funai que era para defender os direitos indígenas tem se constituído em um órgão justamente para permitir que os grandes empreendimentos

⁶ Plantadores da monocultura de soja, que chegaram à região nas últimas décadas, após o ano de 2000.

na Amazônia sejam autorizados a se estabelecerem em territórios indígenas e isso ficou muito forte e presente nos últimos quatro anos, quando a gestão federal não priorizou os territórios e os povos indígenas.

Dentre os muitos fatores da ameaça ao ambiente e a questão territorial indígena, a monocultura da soja e do milho, na região amazônica, tem destaque relevante, assim como o avanço da pecuária em extensões de floresta nativa. O cultivo do grão foi intensificado nos últimos dez anos, tendo como consequências a descaracterização da paisagem da floresta, além de danos aos ecossistemas da região. A ocupação do Planalto Santareno vem se intensificando sem nenhum cuidado como meio ambiente local e com suas populações tradicionais, que há tempos habita aquela região. Apesar da exuberância apresentada pelas plantações, a maioria dos solos nos quais está fixada não possuem grandes riquezas de nutrientes, pois a maior parte dos solos amazônicos, possuem uma restrita camada de matéria-orgânica encontrada na superfície, conhecida como húmus. Ou seja, essa fertilidade foi desenvolvida graças a floresta nativa e a ciclagem de nutrientes. Com a retirada da floresta e subsequente implantação de monocultura e gado é previsto que em poucas décadas essa fertilidade venha a diminuir drasticamente, necessitando de insumos externos.

Segundo a fala dos moradores da aldeia Açaizal o plantio da soja é um evento recente, que traz uma série de problemas a comunidade:

Bom, meu nome é Josenildo dos Santos da Cruz sou cacique aqui da aldeia Açaizal; as modificações que a soja trouxe foi de cunho logo paisagístico; alterou totalmente a paisagem a geográfica da aldeia e com isso trouxe inúmeros problemas ambientais porque antes da chegada da soja toda essa área que hoje é ocupado por essa monocultura ele tinha várias plantações, sítios, antigos; sítios, onde as pessoas colhiam a jaca, colhiam laranja; tinham pés de coco, várias frutas que as pessoas utilizam para o sustento e depois que a soja entrou, os proprietários derrubaram e desmataram todas essas áreas; tinha grandes áreas, tinha castanheira nessas áreas, tinha piquizeiro, tinha grande quantidade de mangueiras e tudo isso servia de alimento para o pessoal da aldeia e logo veio o desmatamento e mudou totalmente; além de mudar a situação da paisagem trouxe essa dificuldade na questão da alimentação. [Entrevista de Josenildo dos Santos da Cruz, morador da aldeia Açaizal].

O cenário constatado a partir da introdução do cultivo da soja na região, mostra modificações na paisagem, além de apontar divergências intensas entre moradores e monocultores sobre o novo modelo de plantação. Até a chegada dos imigrantes da Região Sul, a agricultura de subsistência era a principal atividade das comunidades, demonstrando também herança cultural indígena no modo de tratar a terra e dela sobreviver. Contudo boa parte dessa cultura se perdeu gradualmente desde a chegada do não indígena, que sobrepôs sua cultura sobre a dos nativos.

Com o passar dos tempos, o sojeiro ele vai, começa a fazer seu plantio, e ai começa a jogar o veneno pra poder evitar algum tipo de inseto; começa a jogar inseticida e ai esses insetos eles não tendo outra plantaçoão eles partem para plantaçoão do pequeno produtor, então todos os insetos que iriam para aquela plantaçoão vem para a plantaçoão do pequeno produtor; hoje o pequeno produtor aqui não pode plantar um roçado de feijão porque enche de pragas vindos dessas grandes áreas; como eles colocam o veneno para afastar, elas vão pra onde não tem; então hoje o produtor, ele não consegue produzir porque ele tem grande dificuldade nesse sentido, então essas foram as grandes mudanças que mudaram de fato a realidade do povo que é um povo que vinha tendo contato muito intimo com a produçoão; tudo que a natureza lhe oferecia num dado momento essa produçoão é cortada; então isso gerou um impacto muito grande tanto para a questão da alimentaçoão do povo da aldeia com outra questão da própria saúde; porque ai vários até animais já foram mortos como porcos, galinhas lá desse pessoal que mora mais próximo das áreas; então todos esses animais foram mortos, essas produçoões... então isso gerou e vem gerando grande transtorno para a aldeia, pra comunidade; é por que o uso de máquinas, até na questão da poluição sonora também que é dia e noite às vezes eles passam até altas horas da noite; os tratores colhendo soja e passando a arado para poder colher para poder plantar; quando é no período da colheita muito mais se intensifica a questão dos caminhões em que eles fazem praticamente uso particular da estrada; percebe que a estrada é bem estreita... eles colocam grandes caminhões e dificulta até a passagem dos outros transportes. [Entrevista de Josenildo dos Santos da Cruz, morador da aldeia Açaizal].

O enfrentamento do problema socioambiental provocado pelo desmatamento e o avanço da fronteira agrícola é, pois, necessário e urgente. Isto nos leva a perceber a responsabilidade da escola indígena de forma estratégica para atender o que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena no Brasil (BRASIL, 2014). Como essa responsabilidade fica difícil de ser correspondida devido à falta de políticas públicas que ajudem nessa efetivação, os próprios povos indígenas estão encontrando formas de lutar por seu espaço e por uma escola que seja passível de atender as suas necessidades. Dona Sebastiana, educadora das tradições indígenas da aldeia Açaizal, diz o seguinte:

Eu sou Sebastiana, trabalho hoje em dia também aqui dentro da Aldeia Açaizal; moro aqui desde a idade de 7 anos... que também não nasci aqui, mas nasci em outra aldeia chamada Cavada; eu vim morar pra cá com a minha mãe desde o ano de 79; vim muito criança pra cá... meus irmãos e aqui nós estamos, né?! Hoje a gente vê assim que as coisas mudaram, né?! Não é como naquela época quando chegamos pra cá; tudo ficou diferente; hoje em dia, como eu tô trabalhando na escola com a língua indígena Munduruku, eu sempre coloco lá pros meus alunos essa parte aí quando a gente tira pra fazer uma roda de conversa, eu sempre digo pra eles: as coisas aí mudam; hoje a gente vê que tá dessa forma; daqui mais 10 anos, no futuro, vai tá de uma outra forma; então eu incentivo assim dentro dessa disciplina que nós venha a valorizar esse ambiente, esse convívio nosso, resgatando a linguagem, valorizando os antigos, porque na fala dos antigos tem muitas fala da convivência deles, da experiência de vida, igual como eu tenho com a minha mãe. Quando nós fizemos um trabalho muito bom, tinha umas coega que vieram pra fazer aquele documento pra

fazer a demarcação da nossa terra; tinha uma das que entrevistava, veio falar com a minha mãe; achei muito importante a fala da mamãe; assim, eu também não fiquei muito próxima, mas tem uma hora que eu ouvi, que a mamãe falava assim, que também quando adoecia as pessoas como era o tratamento, a forma de se vestir, a sobrevivência com a alimentação; essas coisas é muito boa, porque como colocado até agora teve muita mudança, a gente sobrevive hoje da alimentação de uma forma... assim que mudou muito. [Entrevista de Sebastiana, moradora da aldeia Açaizal].

Um dos principais impactos relatados pelos moradores da aldeia Açaizal diz respeito ao uso de seus igarapés, pois além da produção de peixes para alimentação comunitária, eram fonte seguras para garantia de proteínas, sendo degradado e deteriorado com a implantação de monocultura e retirada da cobertura vegetal.

Aqui tinha muito peixe; quando muitos não pescavam ficavam esperando, que meu padraço trazia; arrumava em cima de um cavalo, em um cesto grande amarrava e trazia, era pirarucu, tucunaré, tambaqui grande. Hoje em dia a gente pra adquirir, não tem mais essa facilidade. Então tudo isso eu levo e falo na escola pros alunos, que vai mudando as coisas, eu agradeço muito assim, porque hoje teve essa disciplina, a linguagem indígena, e notório pra tá contribuindo, porque tem uns professores que também trabalham outras disciplinas, mas tem momento assim que a gente fica observando que eles trabalham muito essa parte aí sobre o espaço geográfico e coisa assim, porque a gente vê que hoje em dia os sojeiros colocaram muita mudança aqui pra nós, né, porque eles não trabalham como nós trabalha, o plantio deles é diferente, mas é assim, nós tamo numa esperança aí quando sair a nossa demarcação pra valer, quando nós tiver o território já tudo em dia, tudo já pra receber; eu creio que vai dá tudo certo isso aí, né, esse ano [2020] foi um ano que nós tivemos dificuldades pra tá fazendo as nossas reunião; também as aula paralisaram, por motivo de tudo isso que tá acontecendo; não sei quando vai voltar de novo, pra ser trabalhado em sala de aula com os nossos alunos; e eu creio que isso é mais uma experiência, nunca se ouviu no mundo inteiro, algo que pudesse abalar o emocional de tanta gente... então hoje aqui pra mim vejo que é muito gratificante ajudar, em nossas fala, nossos relato, trabalhar mesmo; acredito que assim muitas coisa que era pra acontecer, pra gente refletir, pra ter mais amor pelos outros... porque senão teria acontecido muito mais, as pessoas não se respeitavam como era pra ser; vai ter muita mudança; quem sabe assim não vai ter muita mudança pra gente refletir melhor, né, por causa dessa doença que hoje a gente para mais um pouco, fica mais em casa; e eu acredito que é mais ou menos assim, eu tô contribuindo dessa maneira, se algo deixei a desejar nessa fala, se não era assim, mas peço perdão.” [Entrevista de Sebastiana, moradora da aldeia Açaizal].

Os recursos dos peixes também eram obtidos na lagoa principal da região, o que também se constitui em uma forma de manutenção da segurança alimentar das pessoas da comunidade. Além disso a qualidade da água foi totalmente deteriorada, trazendo muitas doenças as pessoas que faziam seu uso:

Meu nome é Raimundo Cruz da Silva; meu povo é indígena, né, aqui da Aldeia de Açaizal. A nossa lagoa tinha muito peixe, tinha vários tipos de coisa, né, e isso tudo acabou, e o nosso igarapé também acabou. Hoje em dia, você não pode nem mais

tomar banho, que a água não presta mais, é contaminada. Tudo de ruim acontece com a gente. Veio doença pra gente... eu tô achando que veio doença pra gente; a gente sente dor de cabeça, até perda de cabelo já teve aqui; pessoa perdendo cabelo, por causa disso aí... de tanto veneno que tão botando na terra; isso que eu acho que tá acontecendo na nossa comunidade, na nossa aldeia. [Entrevista de Raimundo Cruz da Silva, moradora da aldeia Açaizal].

A principal liderança jovem da aldeia Açaizal diz o seguinte a respeito do Igarapé do Açaizal:

Então isso tudo gera transtorno muito mais ainda para a questão ambiental que a gente percebe que o nosso Igarapé a gente tem uma pesquisa realizada pela UnB Universidade Federal de Brasília onde mostra que nossa água do nosso Igarapé... ela já está contaminada devido esse uso descontrolado de agrotóxico, todo tipo de veneno. Então nossa água já está contaminada; mas para os padrões da Organização Mundial da Saúde está dentro do padrão; mas isso para nós não é normal; isso pra nós dá um impacto muito grande para nós porque nós não estávamos habituados com esse tipo de monocultura, com esse tipo de veneno, essa forma como eles trabalhavam como eles trabalham de fato; e isso vem gerando grandes conflitos até entre alguns grupos que muitas das vezes se beneficiam; a gente sabe que dentro da Aldeia, dentro de qualquer tipo de empreendimento tem uns que são a favor e tem uns que são contra; aqueles que são a favor são alguns que recebem algumas no tempo da colheita eles contratam dois ou três e ficam disseminando ai uma ideia de que o sojeiro é bom porque ele está lá ganhando umas merreczinhas, mais não percebe o grande prejuízo que está ficando para nós porque se hoje nós já estamos sentindo esses malefícios. [Entrevista de Josenildo dos Santos da Cruz - Cacique da aldeia Açaizal].

Aqui são traduzidas as contradições percebidas pela própria liderança do povo em questão. Apesar dos problemas advindos com a implantação da soja, o sistema oferece alguns empregos, o que torna difícil para alguns desqualificar a chegada dos empreendimentos, uma vez que trazem o discurso de que estão “oferecendo empregos” (subemprego) para as comunidades locais; que estão trazendo “o progresso” (para o benefício de quem?). Portanto a necessidade da problematização se faz presente para que a própria comunidade avalie os benefícios e os malefícios das atuais mudanças.

É preciso dizer, que para a comunidade da aldeia açaizal o igarapé do Açaizal além de seu corpo físico, qualidade da água, produção de peixes para alimentação, este curso d’água também se constitui enquanto uma referência de identidade, de prazer e de Bem Viver da comunidade. Quando não podem mais utilizá-lo conforme utilizavam no passado, percebem que sua qualidade de vida, o seu Bem Viver está se deteriorando perceptivelmente. E isso é posto claramente por seus moradores: nas palavras da moradora Ana Flávia:

E assim, em questão também dos nossos igarapés, que eu posso me lembrar muito bem, nós tomava banho a vontade, né, hoje nossos filhos... nós não podemos mais ver eles tomando banho, porque já tão tudo destruído; às vezes presta um pouquinho no inverno, mas é uma água muito feia; a gente tem medo que eles vão pra lá tomar

banho e acabando pegando algum tipo de doença, né. Por conta desse cenário que estamos hoje, violações dos nossos direitos, acho que poucas coisas foram se perdendo, às vezes até por conta do medo também, por conta de ameaças que sofre por parte de nossas lideranças, que de vez em quando vem sofrendo, né”. [Entrevista de Ana Flávia Sousa Carvalho, moradora da aldeia Açaizal].

O Cacique Josenildo mostra exatamente a importância do Igarapé do Açaizal para aquela comunidade e seu significado mais profundo. Nele se fazia brincadeiras, banhos, além de muitas outras atividades:

Bom, primeiro, o igarapé é um lugar sagrado porque ele nos mantém vivos, mantém nossa cultura viva. Grande parte da nossa cultura está enraizado no que o igarapé nos oferece; então o igarapé ele é repleto de palmeiras de açaí, e o açaí mantém grande parte da nossa identidade quanto povo. Então, morrendo o igarapé morre toda essa nossa relação com o que o igarapé pode nos oferecer e por isso é considerado sagrado; morrendo o igarapé morre grande parte do que nos mantém vivos. Então, o igarapé serve pra nós é como fonte de lazer, fonte de alimentação porque no igarapé tem o igapó que corre quase por toda a aldeia e o açaí serve pra nos alimentar e fonte de renda também. Então, torna-se muito sagrado para que nós possamos continuar sobrevivendo; do igarapé também nós extraímos o cipó, onde nos extraímos grande parte dos ornamentos; bambuzais pra fazer ornamentação. As palmeiras do açaí estão morrendo; se o igarapé morre, toda essa diversidade que ele pode nos oferecer more também, por isso ele é considerado sagrado. O nome do igarapé está muito ligado à ancestralidade, a raiz histórica da formação da nossa comunidade. Então, como já foi comprovado historicamente, os nossos antepassados, as pessoas que contribuíram pra que hoje recebesse esse nome de Açaizal; historicamente porque os animais iam todos parar nesse grande igarapé. Antigamente os caçadores já sabiam que os porcos do mato, os veados, vinham todos para o igarapé do açaí; uma porque, o igarapé tem muitas palmeiras de açaí e servia como fonte de alimentação. Então, os caçadores que vinham do Amparador do Santa Rosa, do Ipaupixuna, Cavada, eles já iam certo que as caças iriam tudo para o igarapé do açaí; então ele tem esse nome sagrado porque retrata aquilo que a natureza nos oferece e nos deu de presente para que nós pudéssemos usufruir. [Entrevista de Josenildo dos Santos da Cruz - Cacique da aldeia Açaizal].

Diante do exposto e verificado em loco, a comunidade precisa tomar uma atitude. É necessário se colocar em contraposição ao que os empreendimentos vêm estabelecendo. Dessa forma, algumas estratégias são colocadas em movimento, segundo uma das principais lideranças da aldeia açaizal, que é transcrita aqui na íntegra.

A gente tem tido uma batalha de enfrentamento assim: o primeiro passo é a organização; a gente tem uma associação que é Associação Indígena Açaizal Sagrada Família que ela é justamente para organizar a comunidade e lutar juridicamente pela demarcação desse território; mas o primeiro passo é informar a comunidade para poder a comunidade se conscientizar; a partir das informações que os comunitários tem eles perceberem o que é melhor para a comunidade, o que nós queremos mesmo para o futuro; então um dos primeiros passos é essa organização e aí a gente tem feito a partir da associação se juntado com as outras aldeias que formam o território;

nós fizemos já um dos passos para a questão dessa do território para questão de organização foi fazer a nossa autodemarcação juntamente com as outras 4 aldeias: São Francisco da Cavada, Amparador, Ipaupixuna e aqui nós; a gente fez o processo de autodemarcação e isso já vinha contribuindo muito mas já vem ajudando muito porque nas reuniões que nós temos com o Ministério Público justamente para denunciar a extração ilegal de madeira, as caças predatórias que existe, o uso indiscriminado de agrotóxico; esse ano nós já tivemos aqui na aldeia a presença da Sema municipal, da Sema estadual e da Polícia Federal que vieram justamente a partir de muitas denúncias com relação a questão do nosso Igarapé que hoje em dia está numa situação calamitosa que está seco está poluído mesmo; a gente percebe que a Polícia Federal e a Sema estiveram aqui devido essas nossas denúncias e essa nossa organização que a gente tem para poder está enfrentando, como se diz, os sulistas e os sojeiros que vem para essa região e a nossa tática é informar as pessoas também que pretendem por exemplo abrir uma nova área como esse ano nós já tivemos então eles venham aqui com a gente, a gente como a polícia federal e o representante da sema disse nós não temos autorização; você não tem autorização de dizer derruba, mas tem como dizer “olha não é nós que vamos dizer para vocês fazerem mas nós podemos dizer vão lá no órgão tal e o procedimento é assim, é desse jeito”; então a gente tem feito essas orientações aqui e orientado porquê... sempre vamos buscar dentro da lei; é para que a comunidade não seja prejudicada então a gente tem essas táticas de enfrentamento; nós temos parceria com a CPT que é a Comissão Pastoral da Terra, que tem dado grande apoio nesta organização aqui dentro do nosso direito; então a gente, a CPT, lançou um livro não sei se vocês já tiveram acesso à esse livro mas é um livro muito bom que conta muita história de nosso povo; eu posso depois mostrar para vocês ,mas ali também conta como e que nós estamos organizando para poder enfrentar essa grandes projetos que vem aqui para a Amazônia e uma dessas estratégias de organização também a gente entrou com uma ação que tem tudo a ver, diria assim com a questão dos postos; nós vamos construir nossos protocolos de consulta Munduruku aqui do baixo... no baixo Tapajós a reunião está marcado para o dia 4 agora de agosto e lá onde nós vamos dizer como que nós queremos ser consultados, de que forma nós queremos ser consultados; nós temos o poder de dizer: “não, nós não queremos esse empreendimento, que isso aqui aconteça dentro da nossa área”; é um processo de organização onde nós estamos nos organizando para poder nós fortificar cada vez mais”. [Entrevista de Josenildo dos Santos da Cruz - Cacique da aldeia Açaizal].

A ameaça vem dos “*sulistas*”⁷ vem dos “*sojeiros*”, vem dos portos e dos postos. Vem da ocupação por emigrantes que “acham” que as terras não estão ocupadas, que existe um vazio demográfico, porque não está ocupada com uma monocultura qualquer. Esta é a visão de pessoas que estão colonizadas em sua forma de pensamento, em seus saberes e em seu ser, e que reproduzem a colonização do norte pelo sul. De diversas formas a luta é contra o capitalismo e suas formas de estabelecimento, é contra as narrativas enganosas que desarticula comunidades inteiras, que permite o solapamento dos recursos naturais, do uso desenfreado e sem compaixão da terra e dos territórios indígenas. Esses problemas precisam estar na pauta do dia da comunidade e na escola. É preciso que

⁷ Essa é uma designação local dada as pessoas de origem especialmente do sul e sudeste do Brasil.

os jovens sejam formados no movimento escolar indígena e em todos as formas de movimento dos povos indígenas.

Em contrapartida a comunidade da aldeia Açaizal mostra a seus interlocutores que precisam daquele lugar não para o simples uso ou produção, mas porque ali estão as marcas de seu Bem Viver. O Bem Viver pela ótica da Aldeia Açaizal está pautado na relação pessoa-pessoa e, sobretudo, pessoa-natureza, onde a convivência deve ser construída com respeito, amizade, o que abrange também os seres da natureza e a terra onde vivem e convivem.

Na comunidade é possível observar o zelo que têm pela chamada Mãe Terra, que tudo produz e acolhe, como consequência de uma relação sustentável, que exige que esses povos tradicionais lutem pelo que acreditam, não pela posse, mas pelo respeito e amor profundo que têm com o meio ambiente, o que é notável para quem com eles compartilham alguns momentos, vivências ou como no caso desta pesquisa.

Tal conceito não é observado por parte dos chamados “sojeiros”, que segundo os moradores, envenenam a terra e a água em prol de interesses particulares, não importando-se com os povos que já habitavam a região antes de chegarem para explorar, afetando drasticamente a qualidade de vida dos comunitários.

O bem viver se relaciona ao cosmos e visão de mundo sagrada, manifestando-se nos rituais da pajelança, que envolve retirada de recursos naturais para a produção de medicamentos para curar os corpos e os espíritos.

Quanto as distensões internas, podemos afirmar que há uma diversidade de crenças existentes na Aldeia Açaizal, composta por indígenas, quilombolas, além de pessoas provenientes de outros estados do Brasil, como os sulistas. Muitos não aceitam que haja predominância de uma religião, como a pajelança, o catolicismo, o protestantismo, entre outras.

No que tange à pajelança, os envolvidos acreditam na existência de lugares sagrados, na qual pode-se citar o igarapé, que é um elemento da natureza muito importante para a Aldeia Açaizal. Para os indígenas Munduruku, ele é sagrado e é protegido por seres espirituais, por isso, antes de entrar em qualquer igarapé, se tem de pedir licença a esse guardião ou guardiã espiritual para que a pessoa não seja acometida de nenhuma “malinesa”⁸.

⁸ Doença.

Quando este fato acontece, o pajé entra em cena com seus rituais para afastar o espírito da pessoa. Vejamos que se trata em uma desobediência por parte da pessoa que destrata esse lugar natural sagrado, a “malinesa” do ser protetor não é manifestada aleatoriamente. Este é o meio pelo qual os indígenas tentam explicar o “sobrenatural” e manter contato com a natureza, por meio de ritos e lugares sagrados (DURKHEIM, 1989; OLIVEIRA, 2015).

A religiosidade indígena – a pajelança – garante a continuidade das práticas culturais ritualísticas dos indígenas da aldeia Açaizal. A pajelança faz parte das relações sociais e simbólicas da aldeia e de todo o território Munduruku que se conecta tanto com o material, quanto com o imaterial, reverenciando a natureza e a energia mítica que ela oferece. Apesar de algumas distensões neste campo da religiosidade, a comunidade como um todo possui suas formas próprias de conviver em equilíbrio demonstrando grande possibilidade do bem viver e coexistência de pensamentos diferentes.

Além da crença religiosa voltada para o catolicismo e protestantismo, são também muito presentes outras influências populares da região amazônica como a cura por pajés – nominado, também, como “curadores” – e benzedeadas.

O uso de plantas medicinais na cotidianidade dos indígenas da aldeia Açaizal recebe uma valorização como conhecimento tradicional, mas que não renuncia a tratamentos especializados da medicina ocidental, pois o que se consegue com esse método é apenas a rapidez no tratamento de uma doença e alívio da dor. Uma personagem que se destaca na Aldeia é a pajé Paula Campos, que relata como pratica suas curas: *“ajudo as pessoas benzendo, puxando; sou muito procurada pra benzer crianças com quebranto, pra consertar desmentidura e, quando precisa, assim, fazer um banho pras crianças, eu faço; eu uso as minhas plantas que eu tenbo”*.

Ainda hoje, em caso de doenças como vômito, febre, quebranto, desmentidura⁹, dor de cabeça, se procura as benzedeadas e os pajés. Essas práticas que se atrelam à religião, ao conhecimento tradicional e às crenças em curas sobrenaturais.

Apesar dos conflitos, cada indivíduo da comunidade busca se identificar e se encaixar onde se encontra mais confortável. Dessa forma, todos vão encontrando o seu lugar na comunidade, e desta forma podem ficar à vontade para debater sobre as diversas questões a que são aproximados, até mesmo com relação a cultura e religiosidade. Todos esses embates são feitos de uma forma saudável, dentro da aldeia, evitando-se conflitos maiores, nessa questão.

⁹ Geralmente se refere a processos de dores musculares causadas por torções e pancadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as condições encontradas no território da aldeia Açaizal do povo Munduruku podemos dizer que a escola naquele território só se materializou depois de muita luta da comunidade, pois antes tinham que estudar em outros lugares, precisando fazer grandes deslocamentos para poderem acessar esse direito constitucional. A escola implantada na aldeia Açaizal, depois de muitas idas e vindas a Secretaria Municipal de Educação de Santarém, se chama Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dom Pedro II. Um nome que remete a colonização, indicando muito bem o quanto essa escola precisa ser transformada e adequada às necessidades da comunidade local. Criada em 1970, onde atendia a 1ª a 4ª série, somente em 2009 passou a ser reconhecida como escola indígena. Em 2010 a escola recebeu o nome da comunidade de *Karodayb*, que na língua Munduruku, significa Guerreiro da Paz. Nesse período ela se tornou a escola sede de mais duas escolas daquele território. Quanto ao ensino médio esse também funciona na escola, mas é implementado pela SEDUC, de forma modular (SOMEI), como anexo da Escola Álvaro Adolfo da Silveira. Outra necessidade que ainda vai dispendir da comunidade em realizar grandes lutas para que possa existir uma escola indígena no ensino médio também, naquele território.

Pudemos verificar que a região onde está o território Munduruku (aqui mencionado) com a presença de várias aldeias, em especial a aldeia Açaizal, foco desse estudo, está situada em um local de muitas disputas, com o avanço muito grande da soja e do milho, nas últimas décadas, conforme discutido muito bem em Rocha *et al.* (2021). Além das pressões pela ocupação de imigrantes de outras regiões do país, que estão ocupando de forma desordenada e insustentável aquele espaço, no entorno da aldeia Açaizal, a comunidade sofre de sobremaneira com os impactos dessas atividades como pesticidas e outros insumos agrícolas desprendidos das monoculturas, além de processos de assoreamento dos igarapés que abastecem a comunidade, tornando a vida naquele lugar insuportável, com uma baixa qualidade de vida, muito diferente do que tinham em um passado recente. Além desses perigos para a saúde, causado pelo avanço da monocultura e de toda a carga de poluição que esta promove, tem ainda a questão do aumento dos conflitos entre as pessoas da comunidade da aldeia Açaizal com esses invasores que desprezam os indígenas, por não entenderem o seu modo de vida e por não respeitarem os seus direitos básicos. Tudo isso reflete na má qualidade de vida e do bem-estar dos Munduruku da aldeia Açaizal, insegurança e descontentamento de um povo que sempre esteve ali e que agora precisa estar atento para esses novos perigos, para que possam manter seu modo de vida.

Nesse artigo queremos dizer que as dores daquele povo também nos atravessam. Também sentimos como eles e que precisamos modificar essa situação de ausência do Estado nessas questões, que é do território, mas que também é da educação, da saúde e do bem-estar, ente muitos outros. Dito isso, é preciso que falemos das grandes potencialidades que existem na comunidade e das alternativas com relação ao ensino intercultural naquele espaço. Tanto os professores como a comunidade local estão carregados de um acultura ancestral que podem muito bem dialogar com o conhecimento ocidental e constituir novos aprendizados na educação escolar. Os professores podem criar seus materiais didáticos a partir de saberes como: os conhecimentos sobre a fauna, sobre as plantas, sobre as plantas medicinais, sua farmácia natural e medicamentos locais, sobre seu território e sua cosmovisão, trazendo para a escola o modo de vida ou bem viver Munduruku, que é a melhor forma de se viver naquele território com os conhecimentos ancestrais como guia e suas formas tradicionais de relacionamento com o outro e com o meio ambiente local.

O que trazemos aqui como relato e como denúncia de uma dada situação só foi possível porque a comunidade da aldeia Açaizal, possibilitou que isso acontecesse, pois compartilharam os seus saberes nos ajudando a entender relações muito complexas tanto do modo interno da comunidade de se relacionar entre si como do modo de se relacionar com os sujeitos que aparecerem nas últimas décadas. É importante dizer que a proteção de seu território e do entorno por órgão do Estado como a Funai e ICMBIO talvez muito dessas agressões não viessem a existir pois teriam uma área protegida muito maior.

Mas o que esse trabalho nos convida a refletir é sobre, principalmente, como o povo indígena da aldeia Açaizal possui uma infinidade de elementos importantes a serem partilhados com todos nós seja povos indígenas de sua comunidade, sejam outros povos indígenas ou mesmo com a sociedade não indígena e que apesar da negação de muitos de seus direitos, buscam a paz (o nome da escola) em todos os seus movimentos. Também procuram interagir com a sociedade do entorno procurando apresentar o seu modo de vida, o seu Bem Viver, tanto para si mesmos, quanto para todos a sua volta. É preciso que entendamos que o grito do povo da aldeia açaizal é um grito de todos os povos indígenas e esse grito ecoa não para salvar a eles somente, mas para salvar a todos nós, a humanidade. A humanidade que habita em nós. Como Rocha (2021) traz em seu trabalho sobre o povo Munduruku da aldeia Açaizal é que “o que precisamos entender, indígenas e não indígenas é que os povos indígenas ao buscarem viver bem, desejam e nos insere na luta para que **TODOS VIVAM BEM**”.

REFERÊNCIAS

ALLOGGIO, Tibério. Trinta anos da Flora Tapajós: avanços e retrocessos na integração entre conservação ambiental e participação social. In: RICARDO, Fany (org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo. Instituto Socioambiental (ISA). 2004. 578-585.

ASSIS, Eneida Correa de. **Escola Indígena, uma “frente ideológica?”**. 150 f. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília. MEC, SEB, DICEI. 2014. 542 p.

DURKHEIM, Emile. **Formas elementares da vida religiosa**. São Paulo. Paulinas. 1989.

EMIDIO-SILVA, Claudio. **Xene ma’e imopinimawa: a experiência educativa do Programa Parakanã e suas contribuições para a afirmação da cultura, do território e da língua Parakanã**. 411 f. Tese de Doutorado, Doutorado em Educação, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. 232 p. (Coleção Educação Para Todos; 12).

OLIVEIRA, David Mesquiati de. Ensino religioso escolar e religiosidades indígenas. **Unitas-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 2, 2015. p. 126-139.

ROCHA, Hellen Regina Martins *et al.* O avanço da fronteira agrícola e seus impactos sobre as terras indígenas e a educação escolar indígena: o caso da aldeia Açaizal – Amazônia – Brasil. In: SILVA, Américo Junior Nunes da; VIEIRA, André Ricardo Lucas; SOUZA, Ilvanete dos Santos (Orgs.). **Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais**. Ponta Grossa. Atena. 2021. p. 1-14. (Capítulo 1).

ROCHA, Hellen Regina Martins. **Cartografia social da aldeia Açaizal: instrumento de espacialização do povo Munduruku a serviço da educação escolar indígena**. 118 f. Dissertação de Mestrado, Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena, Núcleo de Formação Indígena – UEPA-UFPA-UNIFESSPA-UFOPA, Belém, 2021.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **Surara Borari, Surara Arapium: a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da Terra Indígena Maró**. 216 f. Tese de Doutorado, Filosofia e História da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2016.

SILVA, Claudio Emidio; FURTADO, Lucas Antunes. Educação escolar e direitos indígenas: uma revisão integrativa de teses e dissertações a partir do BDTD. Passo Fundo. **Espaço Pedagógico**; v. 26, n. 3. 2019. p. 904-920.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existit e reviver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro. 7 Letras. 2009. p.12-42.

Data de submissão: 28/02/2023

Data de aprovação: 20/03/2023